



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO
<http://www.sed.rct-sc.br/clipping>

Recortes de notícias sobre educação

Secretaria da Educação e UFSC renovam convênio para pré-vestibular gratuito

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em **IMPRENSA**

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 18/03/11



CLIPPING

| | | |
|-------------------------------------|------------------|----------------|
| Veículo: Notícias do Dia | Editoria: Estado | Data: 18/03/11 |
| Assunto: Cursinho para 5.000 alunos | | Página: 12 |

Cursinho para 5.000 alunos

Pré-vestibular. Convênio entre Secretaria da Educação e UFSC atenderá 28 cidades

FLORIANÓPOLIS — Com a renovação de um convênio, ocorrida ontem, entre Secretaria da Educação (SED) e UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), 5.000 jovens que estudam em escolas da rede pública terão acesso ao curso pré-vestibular das duas entidades.

Totalmente gratuito, o curso está implantado em 28 cidades catarinenses, sendo que deste total, seis estão sendo contempladas pela primeira vez.

Em solenidade que contou com a presença de gestores das duas instituições, o secretário

Marco Tebaldi e o reitor Toubes Prata, foi assinado o documento que prioriza jovens de famílias de baixa renda terem a chance de ingressar no curso superior.

As inscrições ocorrerão de 21 de março a 27 de abril, por meio do site www.prevestibular.ufsc.br, e as aulas iniciarão no dia 16 de maio nas seguintes cidades:

Biguaçu, Balneário Camboriú, Rio do Sul, Mafra, Canoinhas, Araranguá, Criciúma, Tubarão, São Bento do Sul, Jaraguá do Sul, Joinville, Itajaí, Brusque, Blumenau, Lages, Curitibanos, Joaçaba, Chapecó,

Palhoça, São José, Florianópolis e Santo Amaro da Imperatriz.

Além desses municípios, por solicitação do secretário Tebaldi, os cursos serão implantados, com o mesmo cronograma, em Caçador, São Miguel do Oeste, Laguna, Navegantes, Imbituba e em Concórdia. Em Florianópolis, um curso funcionará no Campus da UFSC e outro no Instituto Estadual de Educação. Nas demais cidades, funcionarão em escolas da rede pública estadual.

Integrando um modelo de gestão, desde 2003, o curso pré-vestibular vem ampliando sua área de atuação e a partir de 2008 deu um salto em expansão. No vestibular de 2010 aprovou 64% de alunos da rede pública em todo o Estado.

Recursos e espaços. Além de uma verba para aquisição de equipamentos e pagamento de professores a SED disponibiliza espaços nas escolas para a implantação dos cursos



CLIPPING

| | | |
|-----------------------------|-----------------|------------------|
| Veículo: Diário Catarinense | Editoria: Visor | Data: 18/03/2011 |
| Assunto: Reprovação | | Página: 02 |

Reprovação

A Secretaria de Estado da Educação pretende criar a figura do monitor nas escolas com 300 estudantes ou mais para auxiliar os alunos com dificuldades nas disciplinas de matemática, física e química no ensino médio. O responsável pelo apoio extra nas matérias poderá ser da própria turma. O objetivo é reduzir o índice de reprovação na rede pública. Somente em 2010, o Estado gastou cerca de R\$ 40 milhões com a reprovação de 20.638 alunos do ensino médio, valor esse não retornável.



CLIPPING

| | | |
|---------------------------------------------|--------------------|----------------|
| Veículo: A Coluna | Editoria: Especial | Data: 18/03/11 |
| Assunto: Vila Verde é sede de Escola Modelo | | Página: 08 |

Vila Verde é sede de Escola Modelo

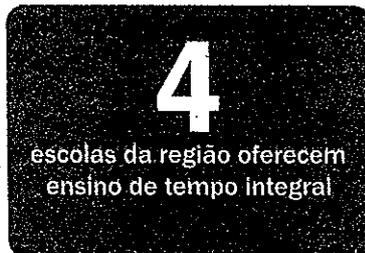
150 alunos da Escola Estadual Padre Bruno Pokolm participam de atividades sócio-escolares em regime integral

Videira – É comum ouvirmos educadores defenderem a transformação da Escola tradicional (de apenas um turno) para uma de tempo integral. A proposta é periodicamente abordada como promessa de campanha por políticos-candidatos durante as eleições, seja em menções de comícios ou de programas partidários de rádio e televisão. Depois de eleitos, porém, poucas das ditas autoridades se esforçam em por em prática o que tanto defendiam antes de assumirem os seus respectivos cargos públicos; outros surpreendem como se fossem bons alunos: tiram do papel uma lição que deixa marcas históricas em contextos de comunidades sociais.

Parece ser este o caso da Escola Estadual Padre Bruno Pokolm, localizada no Loteamento Vila Verde, comunidade do município notoriamente associada a manchetes policiais e a condições socioeconômicas precárias; um local que lembra a imagem de uma periferia urbana, um ambiente desprovido de atenção necessária do poder público e muitas vezes abordado por aqueles que o desconhecem a partir de um olhar de preconceito social acentuado e indisfarçável.

Na tentativa de mudar tal retrato de emblema social e político, há aproximadamente sete anos crianças residentes na comunidade local têm tido a oportunidade de transformar a própria realidade de onde vivem e do mundo que as cerca, sem necessariamente serem obrigadas a fazê-lo por quem quer que seja. Inúmeras delas são beneficiárias do Projeto de Educação Ambiental e Alimentar, mais conhecido como Ambial, instituído na localidade pela secretaria

do Governo de Santa Catarina, no ano de 2004.



Em regime de período integral, o projeto tem atendido crianças videirenses no Vila Verde. “O ingresso da criança no projeto é facultativo”, destaca Roberta Martinez, diretora da Gerência Regional de Educação de Videira. Participa do empreendimento quem quer, ou seja, “se a criança não se associar ao programa, ela não será prejudicada durante o ano letivo”, acrescentou a diretora.

A Escola que possui o Projeto Ambial planeja as atividades para o turno extra, de forma que a criança possa frequentar o local de ensino em período integral, complementando seu desenvolvimento cultural e educacional com atividades ligadas ao domínio da linguagem, arte e cultura, esportes e iniciação de pesquisa científica.

Dados oficiais mostram que a adesão ao projeto tem gerado consequências positivas. Dos 320 alunos matriculados neste ano, 150 deles aderiram à iniciativa. “A adesão é significativa. E tem modificado tanto a escola quanto a comunidade”, assegurou a diretora da unidade, Ana Isabel Licks.

Compõem o quadro de funcionários da Escola Padre Bruno Pokolm 30 professores, três merendeiras, dois vigias e duas profissionais do setor de limpeza.



Espaço de sociabilidade

No ensino integral, os alunos têm acesso à uma Horta agroecológica, uma Cozinha comunitária, uma quadra de multiuso e uma sala informatizada, espaços usados para o desenvolvimento de atividades sócio-educativas, que estimulam à integração social e a troca de saberes e experiências entre os demais participantes.

Os conhecimentos adquiridos a partir do desenvolvimento de cursos e oficinas permitem aos envolvidos no projeto uma melhor qualidade de vida com uma economia doméstica melhor administrada, uma nova visão sócio-ambiental, com o desenvolvimento de habilidades para trabalhos com artesanatos diversificados, contribuindo para a facilitação de acesso ao emprego, à renda, ao resgate da dignidade do indivíduo e ao exercício pleno da cidadania.

Programa ambicioso, o Ambiental visa – entre os principais propósitos – o aumento no número de matrículas, a redução da evasão escolar, o aumento do rendimento escolar, a diminuição da reprovação, a redução dos índices de violência na escola e no entorno, a integração da escola com a comunidade, a alimentação mais nutritiva e adequada, o estímulo à pesquisa científica e inovação, a redução da depredação do prédio escolar, o apoio e combate ao consumo e envolvimento de alunos com drogas, a fuga de pessoas envolvida com o tráfico no entorno da escola, a redução de problemas alimentares como subnutrição e desnutrição.

As ações estimuladas pelo programa podem ser notadas a partir do testemunho de professores e de pais envolvidos com o projeto.

Formada em Educação Física, e há três anos atuando como professora de dança no projeto, Marcelize Paz conta que sua experiência com os alunos que aderiram ao regime de ensino integral tem sido “muito boa” e “gratifican-

te”. “Noto a vontade das crianças aprenderem”, garante.

A boa avaliação sobre a recepção dos alunos junto às ações desenvolvidas pela iniciativa é compartilhada por José Vilmar Lopes, professor de Esporte. Vinculado ao projeto desde a sua implantação na Escola Padre Pokolm, Lopes ressalta a importância do projeto. “É uma comunidade necessitada. A idéia é sempre contribuir”, afirma.

Pai de duas crianças matriculadas na segunda e terceira séries, o aposentado Wilson Antonio Nunes, morador do Vila Verde, relata que suas filhas (uma de 8 e a outra de 10 anos) aprovam a escola que frequentam. “É cem por cento. Os professores são competentes. O projeto só tem ajudado”, diz.

Atualmente, quatro escolas da região oferecem o ensino em regime de período integral: as unidades de Anita Brasileira e de Anísio Rachadel, em Videira e a de 25 de Março, em Fraiburgo.

“Outras cinco escolas da região devem aderir ao Projeto de Educação Ambiental e Alimentar, depois do segundo semestre”, garantiu a diretora da Gerência Regional, sem ainda especificar quais das 28 unidades escolares conveniadas ao estado irão compor a matriz de ensino.

Todas as unidades são vinculadas à GRE de Videira, que abrange, além da cidade sede, os municípios de Salto Veloso, Arroio Trinta, Iomerê, Pinheiro Preto, Tangará e Fraiburgo.



Dimensões do Projeto

Atualmente, 96 unidades escolares da rede nas diversas Regionais do Estado de Santa Catarina aderiram à proposta Ambial, com um alcance de ação que atinge um universo de 24.634 estudantes e suas famílias, de acordo com dados publicados no site da secretaria estadual de Educação.

Como proposta, o projeto baseia-se na promoção da cidadania, com destaque para três dimensões básicas: dimensão humana; dimensão social; e dimensão ambiental.

A dimensão humana trabalha a autoestima do aluno, os valores éticos e morais, a questão da prevenção e cuidados com a saúde, a valorização da vida, o respeito com outro e os chamados quatro pilares da Educação: aprender a ser, aprender a conviver, aprender a conhecer e aprender a fazer.

A dimensão social na Escola Ambial desenvolve a cultura da paz, a cultura das relações étnicas e raciais, as parcerias, o voluntariado, a geração de emprego e renda, a valorização da cultural regional, a permanência do

homem no campo, o cooperativismo, o associativismo e a soberania alimentar.

Já a dimensão ambiental trata da sustentabilidade ambiental nas seguintes perspectivas: hortas agroecológicas; redução dos resíduos; aproveitamento integral dos alimentos; prevenção de doenças; conservação e preservação dos ecossistemas; uso racional da água e da energia; compreensão e minimização de danos ambientais.

De acordo com as bases estabelecidas do projeto, a função educacional não se restringe aos seus alunos regularmente matriculados. A Escola Ambial vai além de seus muros físicos e imaginários. Amplia a sua função social, atuando como um centro gerador de oportunidades para a comunidade escolar e seu entorno. Nestas escolas, as famílias participantes desenvolvem novas aprendizagens de modo que, além da noção de uma alimentação mais saudável aos seus integrantes, amplia a possibilidade de geração de renda complementar.



CLIPPING

| | | |
|---------------------------------------------------------------------|--------------------|----------------|
| Veículo: G1 | Editoria: Educação | Data: 18/03/11 |
| Assunto: Dilma vai negociar com Obama vaga em universidades dos EUA | | Página: Online |

Dilma vai negociar com Obama vaga em universidades dos EUA

Ela participou de assinatura de acordo na área de fertilizante, em MG. Atualmente Prouni tem parcerias com universidades da Espanha.

A presidente Dilma Rousseff afirmou nesta quinta-feira (17), em Uberaba (MG), que vai negociar com o presidente norte-americano, Barack Obama, que chega ao Brasil no próximo sábado (19), vagas para brasileiros em universidades dos Estados Unidos. Ela discursou durante cerimônia de assinatura de um acordo para a construção de uma fábrica de fertilizantes.

"Nos interessa garantir oportunidades a brasileiros universitários para fazer cursos no exterior. Uma das questões que vamos discutir seriamente com o presidente Obama na sua visita ao Brasil é, nós damos conta das bolsas, nós queremos vagas e oportunidades nas grandes faculdades e universidades americanas", afirmou.

Atualmente o Programa Universidade para Todos (Prouni), que dá bolsas integrais e parciais a estudantes de baixa renda, tem parcerias com universidade da Espanha. No ano passado, foram oferecidas 40 bolsas pela Universidade de Salamanca a alunos selecionados do Prouni. O acordo entre o Ministério da Educação e a instituição de ensino vale por quatro anos.

Em seu discurso, em Uberaba, Dilma afirmou que investir em educação é uma das prioridades de seu governo. "Nenhum país deu o salto que temos de dar sem apostar nos seus jovens, nas suas crianças, seus operários e trabalhadores. Qualificá-los é um dos meus maiores compromissos."

A presidenta afirmou ainda, sem dar detalhes, que o governo lançará um programa de incentivo ao ensino técnico. "Queremos tirar nossos jovens do processo de exclusão e marginalização. Por isso, vamos lançar o Programa Nacional de Ensino Técnico", disse.



CLIPPING

| | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|----------------|
| Veículo: O Estado de São Paulo | Editoria: Educação | Data: 18/03/11 |
| Assunto: 'É preciso desconstruir estereótipos sobre povos indígenas e africanos', diz professor | | Página: Online |

'É preciso desconstruir estereótipos sobre povos indígenas e africanos', diz professor

Em entrevista, docente da Belas Artes afirma que é importante trazer a discussão de raças para sala de aula e questionar a origem do povo brasileiro

Ronaldo Mathias, professor de Cultura Afro-Ameríndia do Centro Universitário Belas Artes, defende o ensino da disciplina no País e enfatiza que é importante quebrar paradigmas em relação à visão que o povo brasileiro tem às raças não brancas que ajudaram na formação miscigenada do País. Em entrevista ao Estadão.edu, o docente conta que sua disciplina, aplicada desde 2006, contribuiu também para rever a forma de abordar temas polêmicos, exemplo política de cotas, além de ter demonstrado que grande parte dos alunos não se veem preconceituosos, porém identificam isso na sociedade brasileira. Ele aponta que isso pode ser um fator gerado ou pela ausência de autocritica sobre a dinâmica do preconceito, do racismo, ou por algum outro fator ligado ao encaminhamento metodológico ainda não identificado.

Qual a importância de ser ter uma disciplina específica sobre cultura negra e indígena?

A disciplina foi criada em decorrência da lei 11.465/08, que altera a lei de Diretrizes e Bases (LDB) e coloca nos currículos das escolas, públicas e particulares, a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura dos povos indígenas no Brasil como já havia ocorrido com a Ensino da História da Cultura Africana decorrente da Lei nº 10.639/2003. O conteúdo da disciplina visa corrigir as visões distorcidas sobre a cultura indígena e africana criadas desde o período da colonização brasileira.

Estes conteúdos já não eram abordados dentro dos programas de Sociologia, Antropologia dos cursos de Comunicação Social? O que muda?

Os conteúdos em parte já têm sido trabalhados nessas disciplinas, mas o enfoque crítico ao eurocentrismo bem como o resgate da memória desses povos é inovador.

Qual o objetivo do curso?

Propor novos olhares sobre a história dos povos indígenas e africanos, desconstruindo os estereótipos, a visão ainda romântica e congelada que muitos brasileiros têm desses grupos.

Como a sociedade indígena influenciou a atual sociedade contemporânea brasileira?

Influenciou na alimentação, no artesanato, na língua, nos costumes etc.



Como é possível desconstruir estereótipos?

Estereótipos se desconstruem com informação, com conhecimento da memória de um grupo e com a criação de oportunidades iguais de acesso aos bens culturais de uma sociedade. (acesso a cultura, lazer, conhecimento, tecnologias etc)

O curso aborda quais assuntos contemporâneos ligados ao tema?

O Curso aborda os seguintes temas:

- Colonização, escravidão e racismo
- Multiculturalismo
- História dos povos africanos e indígenas
- Estatuto da igualdade racial
- Identidade cultural
- Mídia e preconceito

Como os alunos reagem inicialmente? Essa postura muda ao longo do curso?

Em princípio é comum que alguns alunos estranhem a proposta e a abordagem, em função do autoritarismo e racismo que ainda permanecem em nossa sociedade, mas com o passar do tempo compreendem o sentido do estudo dessas culturas para a formação pessoal e profissional.



CLIPPING

| | | |
|------------------------------------------------------------------|--------------------|----------------|
| Veículo: Nota 10 | Editoria: Educação | Data: 18/03/11 |
| Assunto: Educação buscará maioria na comissão especial sobre PNE | | Página: Online |

Educação buscará maioria na comissão especial sobre PNE

A prioridade da nova presidente da Comissão de Educação e Cultura, deputada Fátima Bezerra (PT-RN), será garantir a maioria na composição da comissão especial sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020, previsto no Projeto de Lei 8035/10, do Poder Executivo. A deputada, que foi relatora do proposta no ano passado, afirmou que irá apresentar ao presidente da Câmara, Marco Maia, um pedido para que 2/3 da comissão especial sejam formados por integrantes da comissão permanente.

A eleição da presidência da Comissão de Educação, prevista para o último dia 2, foi adiada para ontem (16) devido a um impasse sobre a instalação ou não de uma comissão especial para análise do PNE. Houve um acordo de lideranças com a Mesa Diretora nesta terça-feira para viabilizar a comissão especial, que deve ser criada amanhã. "O PNE é um debate que a comissão jamais deixará de acompanhar. Vamos protagonizar a discussão", destacou a deputada.

Segundo Fátima Bezerra, o maior desafio será compatibilizar o texto final da Conferência Nacional de Educação, realizada em março e abril de 2010, com a proposta enviada pelo governo, que estabelece metas para o ensino nos próximos dez anos.

Na área da cultura, a deputada disse que as matérias relacionadas ao financiamento do setor são as principais a serem debatidas, como o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (Procultura) e o Vale-Cultura. Além disso, Fátima Bezerra defendeu a aprovação das propostas de emenda à Constituição (PECs) que vinculam recursos da União, dos estados e dos municípios para a cultura e a preservação do patrimônio cultural. A revisão da legislação sobre direitos autorais (Lei 9.610/98) também deve ser pauta da comissão, segundo a parlamentar.

As primeiras ações da comissão, de acordo com Fátima Bezerra, serão a realização de audiências públicas com o ministro da Educação, Fernando Haddad, na próxima quarta-feira (23), e com a ministra da Cultura, Ana de Hollanda, no dia 30.

A deputada foi eleita presidente da comissão com 20 votos. Houve seis votos em branco e dois anulados. Para a 1.ª vice-presidência foi escolhido o deputado Lelo Coimbra (PMDB-ES). Os nomes para a 2.ª e a 3.ª vice-presidências ainda não foram definidos.

Professora e pedagoga, Fátima Bezerra começou sua carreira política em 1995 como deputada estadual no Rio Grande do Norte, cargo que ocupou por duas legislaturas.

Ela está em seu terceiro mandato consecutivo na Câmara dos Deputados. Já foi presidente da Comissão de Legislação Participativa, 1.ª vice-presidente da Comissão de Educação e Cultura e integrante da Comissão de Desenvolvimento Urbano.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – site: <http://www.sed.rct-sc.br>
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - e-mail: excom@sed.rct-sc.br; ramais: 6161, 6163;

A deputada também foi vice-presidente da comissão especial que analisou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 30/07, que amplia a licença-maternidade de 120 para 180 dias e está para ser votada em plenário. Foi relatora ainda da Medida Provisória 339/06, que regulamentou o Fundeb.



CLIPPING

| | | |
|------------------------------------------------------------------------|--------------------|----------------|
| Veículo: Nota 10 | Editoria: Educação | Data: 18/03/11 |
| Assunto: STF retoma julgamento da lei do piso nacional dos professores | | Página: Online |

STF retoma julgamento da lei do piso nacional dos professores

O Supremo Tribunal Federal (STF) retomou ontem (17) o julgamento da lei que criou o piso nacional do magistério. Há dois anos, a Corte negou pedido de liminar a cinco governadores que questionaram a constitucionalidade da lei que determinou um piso de R\$ 950 a professores da educação básica da rede pública com carga horária de 40 horas semanais. Falta agora o julgamento do mérito da matéria, aguardado com ansiedade pela categoria.

De acordo com a Agência Brasil, a suspensão da análise da matéria pelo STF criou um clima de “insegurança jurídica”, alega a secretária-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Marta Vanelli. Segundo a entidade, alguns prefeitos se valem do imbróglio para não pagar o piso, atualizado em 2011 para R\$ 1.187,14. Não existe um levantamento oficial sobre as redes de ensino que cumprem a lei.

“Quando o prefeito ou o governador diz que não vai pagar porque a lei ainda não foi julgada constitucional, é muito difícil a gente fazer com que ele assuma o compromisso. Com certeza a conclusão da análise da lei será muito positiva”, afirma. Entretanto, Marta acredita que é “difícil” que o julgamento comece hoje, já que a ação é o 11.º item da pauta do dia. O relator da matéria é o ministro Joaquim Barbosa.

A ação foi impetrada em 2008, mesmo ano de sua sanção, pelos governadores de Mato Grosso do Sul, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e do Ceará. Além da constitucionalidade da norma, também foram questionados pontos específicos da lei como a regra de que um terço da carga horária do professor deverá ser reservada para atividades extraclasse como planejamento de aula e atualização.

Outra divergência está no entendimento de piso como remuneração mínima. Para os professores, o valor estabelecido pela lei deveria ser entendido como vencimento básico: as gratificações e outros extras não poderiam ser incorporados na conta do piso. Mas os ministros definiram, ainda no julgamento da liminar, que o termo “piso” deve ser entendido como remuneração mínima a ser recebida. Esse entendimento também pode ser reavaliado durante o julgamento de mérito da ação.

Para Marta, será uma “frustração geral” caso o Supremo mantenha o entendimento de piso como remuneração mínima. “Incluir um monte de penduricalhos no contracheque é uma prática que se consolidou nas redes públicas estaduais e municipais. Mas precisamos de um plano de carreira com estrutura. Quando a gente diz que o piso é o vencimento básico significa que aquele deve ser o valor pago quando o profissional ingressa na rede. A partir disso você estabelece um plano para que ele tenha perspectiva de crescimento na carreira”, argumenta.